



0014564-61.2008.8.06.0001

Classe : Procedimento Ordinário
Assunto principal : Seguro
Competência : Cível
Valor da ação : R\$ 16.600,00
Volume : 1
Requerente : **Luith Charles Alves Rios**
Advogado : Rafael de Sousa Rezende Monti (OAB: 18044/CE) e outro
Requerido : **Mapfre Vera Cruz S.a.**
Observação : Observação Classificação: SEGURO DPVAT

Localização Física: Data da Localização:

Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua / 27ª Vara Cível

0014564-61.2008.8.06.0001

21/11/2008 09:46

SERVIÇO DE PORTARIA DOS FEITOS
JUDICIAIS DA COMARCA DE FORTALEZA

Data da Localização: 01/12/2008 14:04

SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS
JUDICIAIS DA COMARCA DE FORTALEZA

Data da Localização: 02/12/2008 15:15

Encaminhado Automaticamente Após
Distribuição/Redistribuição do Processo para
27ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
FORTALEZA

Data da Localização: 14/04/2009 12:17

VARA UNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ

Data da Localização: 24/08/2011 17:12

A 46



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS JUDICIAIS DA COMARCA DE FORTALEZA

Data - Hora
1/12/2008 - 16:24

Capa de Processo
2008.0038.0396-8/0



| Dados Gerais do Processo | |
|--------------------------|--|
| Protocolo Único | 2008.0038.0396-8/0 |
| Tipo de Ação | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - CÍVEL |
| Classe | ACÕES CÍVEIS - FÓRUM |
| Nr.Volumes | 1 |
| Autuação | |
| Just.Gratis | NÃO |
| Segredo de Justiça | NÃO |
| Órgão Julgador | 27ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA |

| Partes | |
|--------------|-------------------------|
| Requerente : | LUTH CHARLES ALVES RIOS |
| Requerido : | MAPFRE VERA CRUZ S.A |

Advogado Promovente: _____

Advogado Promovido: _____

Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo acima discriminado.

Fortaleza,

Sérgio Torres Martins
Responsável

ESTADO DO CEARÁ

Poder Judiciário

Comarca de Bela Cruz

Secretaria de Vara Única

Recebidos hoje e protocolados sob nº

nº 614/09 às 10:40 horas

BELA CRUZ, 13 de Abril de 2009

[Handwritten signature]

Responsável do Promotor



fls. 4

**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS JUDICIAIS DA COMARCA DE FORTALEZA**

Data - Hora
1/12/2008 - 16:24

Termo de Distribuição



| Dados Gerais do Processo | |
|---|--------------------------|
| Protocolo Único | 2008.0038.0396-8 /0 |
| Autuação | Não possui autuação |
| Tipo de Ação | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO |
| Assunto(s) | SEGURO |
| Nr. Apensos | 0 |
| Nr. Volumes | 1 |
| Documento de Origem | PETIÇÃO INICIAL |
| Documento Atual | PETIÇÃO INICIAL |
| Fase Atual | DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO |
| Data da Fase | 01/12/2008 |
| Foi feita DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO do presente processo, motivo EQUIDADE, em 01/12/2008 16:24, para o(a) Relator (a): Exmo.(a) Sr.(a) JOSE ISRAEL TORRES MARTINS - 27ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA | |

| Partes | |
|---------------------------------------|--|
| Nome | |
| Requerente : LUITH CHARLES ALVES RIOS | |
| Requerido : MAPFRE VERA CRUZ S.A. | |

Fortaleza, 1 de Dezembro de 2008

Responsável

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA
DE FORTALEZA – CEARÁ.



LUITH CHARLES ALVES RIOS, brasileiro, solteiro, auxiliar de produção, inscrito no CPF/MF sob o n.º 682.116.433-91, e no RG/SSP-CE sob o n.º 2284937/92, residente e domiciliado na rua Gabriel Florencio, s/nº, Centro, Bela Cruz – CE, CEP 62570-000, por seu procurador subscrito, Rafael de Sousa Rezende Monti, advogado inscrito na OAB/CE 18.044, com escritório profissional na rua do Rosário, nº 77, sala 604, Centro, tel/fax (85) 3231-6493 / 4101-2403, Fortaleza - CE, onde recebe avisos e intimações, vem, a ilustre presença de vossa excelência propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES - DPVAT, em face de:**

Em face **MAPFRE VERA CRUZ S.A.**, CNPJ 610741750001-38, com endereço na Avenida das Nações Unidas, nº 11711, bairro Broklyn Paulista, São Paulo, SP, CEP 05.578-000, pelas razões de fato e direito adiante aduzidas:

DOS FATOS

O requerente foi vítima de um acidente automobilístico no município de Sobral - CE, o que lhe causou ferimentos e lesões diversas, sendo socorrido por populares para o hospital de Bela Cruz, em seguida para o hospital de Cruz, que foi transferido de imediato para o IJF em Fortaleza.

O autor vinha conduzindo uma moto HONDA NXR 125 BROS, ano e modelo 2003, cor azul, chassi 9C2JD20203R018959 e placa HXA-0076-CE em propriedade de Luiz Daniel Alves Rios, Trafegava pela rodovia estadual Marco-Bela Cruz, ao se aproximar da grutinha,

José Jairo
Técnico Judiciário
Matrícula: 280766

COMARCA DE FORTALEZA
2008.0038.0396-8



FEDERATION OF CLERKS OF THE JUDICIAL SERVICE OF FORTALEZA 2111200099-2011/12/2014 às 11:54

entrada da cidade de Bela Cruz, perdeu o controle da moto e veio ao solo, que em consequência do acidente, ficou lesionado na cabeça (TCE).

Em decorrência do mencionado acidente, **O AUTOR FICOU INVÁLIDO PERMANENTEMENTE PARA O TRABALHO, DEVIDO A QUEIXA DE TONTURA E CEFALÉIA.** Conforme laudo do médico legista anexo.

AO EXAME ATUAL FOI EVIDENCIADO TONTURA E CEFALÉIA, TUDO FIRMADO PELOS MÉDICOS LEGISTAS DR. FRANCISCO IVO DE VASCONCELOS E FRANCISCO XIMENES PRADO.

É DE SE RESSALTAR AINDA A FÉ PÚBLICA QUE REVESTE O LAUDO DO IML, O QUAL É CATEGÓRICO EM ATESTAR A INVALIDEZ PERMANENTE DO AUTOR.

Após o acidente, o requerente tentou receber junto a seguradora ora requerida o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT referente a invalidez permanente, sendo porém, injustificadamente negado seu pleito.

O valor da indenização coberto pelo Seguro Obrigatório de veículos, a ser paga em decorrência de invalidez permanente é de 40 (quarenta) salários mínimos, conforme determina a alínea “b” do artigo 3º, da Lei 6.194/74.

A matéria é pacífica na jurisprudência pátria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça, que já assentou o entendimento dos Tribunais Estaduais. A colenda Turma Recursal desta comarca, bem como os MMs. Juízes das Varas Cíveis desta comarca também já firmaram entendimento de que a indenização deve corresponder a **40 (quarenta) salários mínimos.**

DO DIREITO

SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

O Seguro Obrigatório – DPVAT foi criado pelo **Decreto-Lei nº 73/66**, que no art. 20, alínea “b”, determina:

Art. 20 – “Sem prejuízo do disposto em Leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

a) – (...)

b) – responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestre, fluvial, lacustre e marítima, de aeronaves e de transportadores em geral;”



O valor da indenização a ser pago decorrente do Seguro Obrigatório é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme determina a lei.

Dispõe a alínea "II" do art. 3º, da Lei 6.194/74:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

b) - 40 (quarenta) salários mínimos no caso de invalidez permanente; (grifamos)

Assim, a presente demanda visa condenar a ré ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório - DPVAT pago administrativamente em razão da invalidez permanente, com esteio no valor estipulado pela Lei 6.194/74, no art. 3º alínea "a".

No julgamento da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/TJDF, Processo nº 2004.08.1.00398-2, decisão unânime, Relator Juiz Alfeu Machado, assim expressa o caráter social do seguro obrigatório, demonstra a falta de humanidade provocada pelas seguradoras:

No mais, impede deixar registrado que chega a ser uma crueldade o que fazem as Recorrentes com os infortunados beneficiários do DPVAT. A FENASEG arrecada milhões e milhões de reais para esse fim específico e, na hora de pagar indenização devida (legalmente devida, frise-se), submete, em conluio com as seguradoras, o beneficiário a uma desnecessária "via-crucis", com imposições de exigências descabidas e ilegais. A crueldade recrudescer ao forçar o beneficiário até mesmo ingressar em Juízo para, só aí, ver garantido seu legítimo direito. É lamentável, deveras lamentável! Hoje, o DF-TV, segunda edição, jornal local da Rede Globo, exibiu reportagem detalhando as agruras de quem tem a receber a indenização do seguro DPVAT. É um absurdo. A apresentadora do referido telejornal, Fernanda de Brito, ao final, se perguntou num desabafo: se o seguro é obrigatório o pagamento também não deveria? Ocorre que o problema não se situa obrigatoriamente do pagamento do seguro, que, aliás, é "o pe legís". O imbróglio está em que as Seguradoras não

se importam com o sofrimento dos outros (...), sendo certo que a indenização devida se reveste de grande ajuda, e tem até o caráter humanitário e social (...). No caso dos autos, a segunda recorrente simplesmente preferiu agir "contra legem", em detrimento da lei, ao negar o pagamento da indenização, em clara violação às Leis nº6.194/74 e 8.441/92. (...) No escólio de Arnaldo Rizzardo: "A finalidade principal do seguro é estabelecer a garantia de uma indenização mínima. O pagamento resulta do simples evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva dos usuários dos veículos pelos danos pessoais que venham a causar, independentemente da apuração da culpa. É pacífica a doutrina nesse sentido, pois a própria lei não da margem à menor dúvida, como se vê no art. 5º do diploma em vigor: "O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado"

**DA DEMONSTRAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE –
IMPOSSIBILIDADE DE GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ – DEVIDA A INDENIZAÇÃO
NO VALOR DE R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**

O valor da indenização do seguro obrigatório (DPVAT) em caso de invalidez permanente, parcial ou total, é de **40 (quarenta) salários mínimos**, não se podendo perquirir sobre a graduação da invalidez.

Para que não parem dúvidas quanto a estes fundamentos, lançam-se os argumentos seguintes do TDJF:

"Observo, ainda, que não há que se cogitar de eventual gradação percentual no valor da indenização conforme o nível de invalidez. A uma, porque a lei não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquire se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência. As duas, a jurisprudência assim já se posicionou afirmando que, mesmo caracterizada debilidade permanente em grau mínimo, é devida a indenização integral" (Turma recursal – TJDF – Processo: 2003.01.1.088819-3, decisão unânime).



Adverte-se, pois, que a Resolução nº 35 do CNSP não tem a faculdade de limitar o valor indenizatório fixado na alínea "b" do art. 3º da Lei 6.194/74, que estipula o valor de 40 (quarenta) salários mínimos para o caso de invalidez permanente, a qual não está sujeita a qualquer graduação, ou seja, sendo a invalidez constatada, e havendo permanência, seja em grau máximo, médio ou mínimo, devida será sempre a indenização.

VALOR DA COBERTURA DO SEGURO OBRIGATORIO: 40 (quarenta) SALÁRIOS MÍNIMOS COM BASE NA LEI DE Nº 6.194/74

O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil do veículo automotor (DPVAT) é de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) de acordo com a alteração disposta na Lei 6.194/74.

Como já se acentuou, a Lei 6.194/74, é considerada o único texto legal que confere competência para fixar os valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores.

É relevante observar que o art. 5º, parágrafo primeiro da Lei 6.194/74, expressamente dispõe que a indenização será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro.

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O RECEBIMENTO

A Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, em seu art. 5º, § 1º, alínea "a" com redação determinada pela Lei 8.441 de 13 de julho de 1992, estabelece a relação de documentos necessários para o recebimento do seguro obrigatório:

Art 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento no hospital, ambulatório ou médico assistente e registro de ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais.

No caso em tela, é necessário apenas a apresentação do registro da ocorrência no órgão policial e laudo médico competente. (docs. anexos)

O AUTOR APRESENTA TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PELA LEI, QUAL SEJA O BO, EXAME DE CORPO DELITO, E SUA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIO, NÃO HAVENDO RAZÃO DA RECUSA DA SEGURADORA.

Como se pode ver, em momento algum a lei exige o comprovante do pagamento do prêmio do seguro/DPVAT como requisito para o recebimento da indenização securitária.

O STJ já pacificou entendimento nesse sentido, valendo conferir:

Seguro Obrigatório. DPVAT. Acidente causado por veículo sem seguro. Evento anterior à Lei nº 8.441/92. Irrelevância. Responsabilidade de qualquer seguradora. Precedentes. Recurso Provido. Mesmos nos incidentes ocorridos anteriormente à modificação da Lei nº 6.194/74, pela Lei nº 8.441/92, a falta de pagamento do prêmio de do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização. (Recurso Especial nº 337083 -SP - Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, fls. 131)

DA JURISPRUDÊNCIA

Outro não é o entendimento do Colendo Tribunal de Justiça do Ceará, senão vejamos:

Ementa: EMENTA CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. QUITAÇÃO. SALÁRIOS MÍNIMOS. PRELIMINAR. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA. O DPVAT

tem caráter social e previdenciário, com valor da indenização previsto em lei, não se podendo admitir efeito liberatório se o pagamento do quantum indenizatório foi feito a menor. Destarte, a quitação supostamente dada pelo recorrido somente tem eficácia em relação ao que ele recebeu e não sobre o montante global. Preliminar rejeitada. A jurisprudência já assentou, em casos semelhantes, que não se deve perquirir sobre o grau de invalidez para pagamento da indenização por percentagem, devendo sempre corresponder a indenização por invalidez permanente ao valor de 40 (quarenta salários mínimos), em consonância com a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 6.441/92, sem a aplicação da Resolução invocada pela empresa ré, por ser norma de hierarquia inferior. Recurso não-provido. 2006.0006.1695-8/1 - APELAÇÃO CÍVEL 3ª CÂMARA CÍVEL Des. JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA 09/07/2007

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO. PARÂMETRO. SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. PRECEDENTES. 1. O fato de o recorrido ter recebido somente o valor oferecido pela seguradora, não significa ter dado plena quitação da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), porquanto devido à complementação, e assim, rejeitada a preliminar de falta de interesse de agir. 2. A fixação do valor da indenização do seguro DPVAT, devido à invalidez permanente do autor/apelado, deve ser realizado em conformidade com a Lei 6194/74. 3. A condenação da indenização vinculada ao salário mínimo, constitui apenas parâmetro da base de cálculo do valor indenizatório. ADI pertinente ainda sem solução definitiva. Precedentes do STJ e desta Câmara. 4. Recurso conhecido e desprovido. 2006.0006.1680-0/1 - APELAÇÃO CÍVEL, 27/06/2007, 3ª CÂMARA CÍVEL, Des. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO. PARÂMETRO. SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. O fato de o recorrido ter recebido somente o valor oferecido pela seguradora, não significa ter dado plena quitação da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), porquanto devido a complementação, e assim, rejeitada a preliminar de falta de interesse

de agir. 2. A fixação do valor da indenização do seguro DPVAT, devido a invalidez permanente do autor/apelado, deve ser realizada em conformidade com a Lei 6194/74. 3. A condenação da indenização vinculada ao salário mínimo, deve ser apenas um parâmetro da base de cálculo do valor indenizatório. Precedentes do STJ e desta Câmara. 4. Recurso conhecido e desprovido. 2006.0005.3043-3/1 - APELAÇÃO CÍVEL, 23/03/2007, 3ª CÂMARA CÍVEL, Des. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES.

Para que não parem dúvidas quanto a estes fundamentos, lançam-se os argumentos seguintes desta Egrégia Turma Recursal no recurso n. 2007.0033.2741-6/1:

EMENTA: SEGURO DPVAT. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. LAUDO PERICIAL. COBERTURA DO SEGURO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO. VALOR ESTABELECIDO EM LEI E VINCULADO AO SALÁRIO MÍNIMO. INEXISTENTE. PRECEDENTES. FATO OCORRIDO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI N. 11.482/2007, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º. DA LEI N. 6.194/74. RECIBO DE QUITAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. RECURSO IMPROVIDO. "A complexidade apta para afastar a competência dos Juizados Especiais diz respeito à necessidade de produção de provas. Assim, uma vez que haja prova pré-constituída, não procede a alegação de complexidade. Embora essencial para a comprovação da lesão, o juiz não fica adstrito à conclusão do laudo pericial, máxime quando voltado a apuração criminal. Decorrencia do princípio da persuasão racional. E tanto isso é verdade, que a própria Recorrente reconheceu a invalidez do Recorrido ao proceder ao cálculo para apuração do quantum devido, com base na Tabela para cálculo de indenização em caso de invalidez Permanente, constante na Resolução CNSP n. 1/75 e realizou o pagamento de R\$ 11.431,40 (onze mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos). O valor da indenização por invalidez permanente é fixado pela Lei 6.194/74 em 40 salários mínimos. Assim, não cabe ao Conselho Nacional de Seguros Privados, como órgão fiscalizador e regulamentador das companhias de seguradoras, limitá-lo por meio de resolução. Não há ofensa a dispositivo legal e ao texto constitucional o fato de ter, a indenização pelo pagamento do seguro obrigatório – DPVAT, como parâmetro o salário mínimo, uma vez que não vinculação a este, mas somente sua utilização como critério legal para o pagamento. Tendo em conta que o acidente ocorreu em período anterior a 31 de maio de 2007, data da publicação da Lei 11.482/2007, que alterou a redação do art. 3º. Da Lei 6.194/74, deve ser aplicado o art. 3º., "b", da Lei 6.194/74 na sua redação original e não a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, que é posterior ao fato. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos.(...) (Recurso n. 2007.0033.2741-6/01 – Rel. Juíza Dra. Maria Edna Martins – Data 06.05.2008)



CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS CIVIS E CRIMINAIS. Não há necessidade de perícia técnica, posto que se trata de matéria de fato e direito, cujos fatos já se encontram comprovados na existência da lesão permanente e o pagamento parcial no âmbito administrativo. FATO OCORRIDO EM 11.06.2004. APLICA-SE A LEI VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. Não se aplica a Lei 11.482/07, mas a lei vigente à época dos fatos que era a lei 6.194/74 que estabelece o pagamento da indenização de 40 salários mínimos. COMPETÊNCIA DO CNSP PARA BAIXAR INSTRUÇÕES E EXPEDIR CIRCULARES RELATIVAS À REGULAMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO. É inaplicável qualquer limitação indenizatória derivada de ato normativo de hierarquia inferior, porquanto, de conformidade com os mais mezinhos princípios de hermenêutica, a lei se sobrepõe a normas de caráter normativo, ainda que editadas pelo órgão competente para disciplinar a forma de pagamento do seguro obrigatório. INDENIZAÇÃO DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. LEGALIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 3º. DA LEI 6.194/74. (...) (Recurso n. 2007.0033.2742-4/1 – Rel. Dr. José Edmilson de Oliveira – Data 06.05.2008)

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- a) que seja a presente recebida e processada pelo procedimento sumário nos termos do art. 275 do CPC;
- b) a concessão de **justiça gratuita** ao requerente, por ser pobre no sentido legal da palavra, nos termos da Lei nº 1.060/60, não podendo arcar com as despesas processuais, sob pena de prejudicar seu sustento próprio e de sua família;
- c) a citação da requerida, via postal, mediante aviso de recebimento - AR, para compor a lide e querendo conteste a presente, sob pena de revelia e confissão ficta;
- d) seja julgado totalmente procedente o pedido, para condenar a ré a pagar a parte autora a indenização, no montante de **40 (quarenta) salários mínimos**, acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária, além das custas processuais e honorários de 20% sobre o valor da condenação nos termos do artigo 20 do CPC;
- e) o julgamento antecipado da lide, posto que a matéria é unicamente de direito, e, mesmo sendo considerada de direito e de fato, não há necessidade de produção de prova em audiência (art. 330, I do CPC)

- f) Requer, ainda, a inversão do ônus da prova, por se tratar de uma relação de consumo, sendo verossímeis as alegações e hipossuficiente o consumidor (Lei 8.078/90, art.6º, VIII).
- g) A despeito do pedido de julgamento antecipado da lide, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, tudo desde logo requerido, caso não atendida a suplica de julgamento antecipado.
- h) Requer que todas as intimações e/ou notificações em nome da autora, sejam realizadas diretamente para seus procuradores em seu endereço profissional à Rua do Rosário, nº 77, sala 604, Centro, Fortaleza, CE, CEP 60.055-090.

Atribui a causa o valor de R\$ 16.600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais).

Nestes termos,

Pede deferimento,

Fortaleza/CE, 16 de outubro de 2008.


RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI
OAB/CE 18.044

